

INSURGIR AS EPISTEMOLOGIAS PARA ALÉM DA LÓGICA COLONIAL: APROXIMAÇÕES ENTRE DJAMILA RIBEIRO E BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS

Caique Jasley Rosa Nascimento*

Resumo: Este artigo discute as visões contra-hegemônicas da filósofa Djamila Ribeiro e do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, e correlaciona suas contribuições para pensar alternativas teórico-políticas face às opressões incutidas pela colonialidade do poder/saber e reproduzidas na sociedade contemporânea. Para tanto, postula-se como premissa os conceitos de *epistemicídio*, *lugar de fala* e *epistemologias do sul*, em consonância com as perspectivas que entrecruzam os dois pensadores, a fim de problematizar os reflexos do colonialismo e para nomear as formas de exclusão. Aponta-se estes como instrumentos para pensar outras produções de saberes, a representatividade de mulheres e homens negros, indígenas e todas as minorias invisibilizadas pelo projeto colonial.

Palavras-chave: Opressões. Epistemicídio. Racismo. Pós-colonialismo. Djamila Ribeiro.

INSURING EPISTEMOLOGIES BEYOND COLONIAL LOGIC: APPROACHES BETWEEN BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS AND DJAMILA RIBEIRO

Abstract: This article discusses the counter-hegemonic views of the philosopher Djamila Ribeiro and the sociologist Boaventura de Sousa Santos, as well as correlates his contributions to thinking about alternatives theoretical-policy in the face of the oppressions (in)cut by the colonality of power/knowledge and (re)produced in contemporary society. In order to do so, we postulate as premise I key the concepts of epistemicide, place of speech and epistemologies of the south, in line with the perspectives that cross the two thinkers in order to problematize the reflexes of colonialism and to name the forms of exclusion. To think about other productions of knowledge, the representation of black women and men, indigenous people and all minorities made invisible by the colonial project.

Keywords: Oppressions. Epistemicide. Racism. Post-colonialism. Djamila Ribeiro.

* Acadêmico do Curso de Licenciatura em Filosofia no 4º semestre na Faculdade Palotina – FAPAS. E-mail: caiquejasleyservo12@gmail.com.

Introdução

Para iniciar a discussão proposta neste texto, faz-se imperativo tencionar alguns pontos fundamentais que irão norteá-lo. Em primeiro plano, ressalta-se que as proposições articuladas aqui, se estabelecem estruturalmente na ordem dos discursos¹; da *contra narrativa*² e uma vez entendendo o discurso como um mecanismo de poder que se prolifera nas relações raciais e de gênero – por que não do poder? – assim, o epicentro deste construto analítico não pretende totalizar ou ideologizar o pensamento, mas se constitui numa crítica anticolonial e uma abertura para pensar alternativas à margem do discurso que obstaculiza o pensar democrático.

O segundo ponto complementar diz respeito à ruptura. Dessa forma, o pensamento pujante de Grada Kilomba (2019) na obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, ilustra bem o que se pretende nesse texto. Em suas páginas, a filósofa e psicanalista, faz uma metáfora interessante com a máscara³ de *flandres*, uma espécie de chapa de aço usada durante o regime escravocrata para cobrir a boca dos escravizados. Afirma ela, que tal ato, também impunha um sentido do silenciamento engendrado pelo projeto colonial.

¹ Os dispositivos de poder atrelado em filósofo francês Michel Foucault são fundamentais para compressão deste empreendimento, uma vez que por meio destes busca-se subverter e confrontar o discurso imposto (opressões). Desse modo, não sendo aquilo que traduz as lutas ou os sistemas ou aquilo por que, pelo que se luta. Logo, há sempre um desejo de se apoderar (do) poder.

² No decorrer desse artigo, optamos por usar alguns termos em itálico a fim de enfatizar o sentido atribuído a crítica-teórica ao epistêmico/linguístico.

³ O uso da máscara de *flandres* foi uma arma muito concreta, um instrumento atroz de tortura que se tornou parte do projeto colonial europeu por quase 400 anos. Seu uso tinha como objetivo impedir que os escravizados comessem ou bebessem durante a longa jornada de “trabalhos” forçados.



Figura 1 – Jacques Arago. “Escrava Anastácia”⁴, 1817-1818.

Esta imagem da “escrava”⁵ Anastácia é amedrontadora, transmite dor e indignação e remete ao processo “acachapante da escravidão moderna, o qual projetou a maior diáspora vista no mundo depois de Roma” (SCHWARCZS, 2018, p. 11). De fato, a máscara tem em si uma força que encerra as capacidades do sujeito, tolhe a sua liberdade e o objetifica. Nesta reflexão, sem a pretensão de ‘aniquilar’ as problemáticas que circundam o debate epistêmico e político, o enfoque deste trabalho é discutir o porquê de uma voz única, e mais do que isso; procura-se confrontar, e nomear as opressões e os mecanismos que sustentam a defesa de um pensamento tão excludente, para assim recuperar a voz de milhares de “outros” silenciados.

Propõe-se analisar o *epistemicídio*, conceito cunhado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos⁶ (1999) e que propõe analisar o

⁴ Anastácia (1740-?), de ascendência africana, foi arrancada de seu povo ainda criança e enviada ao Brasil segundo relatos históricos. Foi condenada a usar a Máscara de Flandres após recusar ter relação sexual com seu “senhor”.

⁵ Comumente usa-se o termo “escravizado” ao invés de “escravo”, uma vez que este traz uma ideia que naturaliza tal condição às pessoas negras. Conforme os estudos de Ribeiro (2019) e Derrida (1960), a linguagem também é um instrumento para manutenção das opressões.

⁶ Nascido em Portugal em 1940, Boaventura de Sousa Santos é doutor em Sociologia do direito pela universidade de Yale e atualmente professor catedrático da faculdade de economia na universidade de Coimbra. Sua trajetória é ampla e igualmente engajada, conta com a sua inserção durante o período do socialismo na Alemanha. Seu contato com o pensamento crítico-marxista da escola de Frankfurt e o momento de grandes reações sociais em Portugal. Conhecido em todo mundo por suas obras com conceitos fundamentais para compreender as

apagamento e o assassinio da cultura e saberes não hegemônicos, para pensar outras epistemologias, bem como a inclusão de negros, mulheres e indígenas (étnicas, religiosas, sexuais) a este respeito, seguindo o respaldo no pensamento motriz da filósofa Djamila Ribeiro⁷ (2019), cujas produções vão ao encontro de temáticas plurais e que são fundamentais para refletir racismo contemporâneo e o lugar(subalternizado) que as mulheres negras ocupam socialmente.

Busca-se ainda analisar as teorias e os impactos do feminismo negro/crítico, sobretudo interpelado por Ribeiro (2018), com enfoque no lugar de dupla opressão que ocupam as mulheres negras (Racismo/misoginia). Nesse itinerário, toma-se como premissa as *epistemologias do sul* (2010), preconizada por Sousa Santos, numa abordagem profunda acerca da influência do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado nas relações sociais para pensar uma teoria alternativa que vise desoucentrizar os saberes e promover a emancipação dos *sujeitos* subalternizados.

narrativas contemporâneas e que inclusive transcendem o tema da sociologia do direito, e se aproxima do campo filosófico, tais como: “ecologia dos saberes”, “pensamento abissal” e pós-abissal, “espisemicídio”, “so-ciologia das ausências”, dentre outros. Suas obras já foram traduzidas em 8 línguas. De cunho profundamente social e estruturalista, ao longo do seu percurso acadêmico, tem se debruçado sobre o apagamento das epistemologias que vão além da compreensão do ocidente, a fragmentação dos valores democráticos e a modernidade paradoxal. Também, na década de 1970, Boaventura de Sousa Santos, morou no Brasil, numa comunidade periférica na cidade do Rio de Janeiro a fim de realizar sua pesquisa para o seu doutorado.

⁷ Mestre em filosofia política pela universidade federal de São Paulo (UNIFESP). Djamila Tais Ribeiro (1986), possui em seu currículo o ofício de secretaria adjunta dos direitos humanos (2006), colunista de diversos jornais e revistas em todo Brasil, foi considerada uma das 100 mulheres mais influentes do mundo. É autora de diversos livros que discutem temas como o racismo, feminismo negro, democracia, dentre outros. Os quais tem ganhado cada vez mais notoriedade no Brasil ao levar a dissenso da discussão das opressões nos espaços acadêmicos de um modo acessível e bastante incisivo: Cronologicamente no Brasil autoras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Maria Aparecida Bento, dentre outras, já traziam a discussão sobre a luta de opressões de gênero. Porém, as forças para chegar ao grande público se devem às produções teóricas de Djamila. Esta que também é coordenadora da coleção feminismos plurais. Ed. Jandaíra.

Para tanto, as teorias da subalternidade⁸ SPIVAK (1999) e os estudos pós-coloniais FANON (1961) denunciam de forma potente a neutralização *axiológica* do conhecimento não eurocêntrico e desestabilizam sua atuação sistemática de desconsiderar e exterminar culturas e saberes oriundos do sul global. De modo que ao criticar e (re)interpretar seus lugares de enunciação, também questiona: a *episteme* única que permanece na academia, a quem faz lucrar? E a quem faz excluir? Não está na hora de desmontar a ideia de uma modernidade superior, única e primária, em favor de outras periféricas ou alternativas?

1 Colonialismo: o poder do discurso e as margens da invisibilização

O conhecimento científico desenvolvido nos séculos XV e XVI, redimensionou profundamente a vida e a cultura ocidental. Do rompimento da visão mitológica de que criaturas monstruosas habitavam o oceano, aos avanços tecnológicos que levou ao aprimoramento das grandes embarcações, (que mais tarde viria a se tornar fábricas flutuantes de mão de obra cativa) [...] “ao decifrar os enigmas escondidos nas águas, os navegadores conseguiram escolher rotas marítimas como se fossem estradas líquidas” (GOMES, 2019, p. 152).

Com isso, o oceano tornou-se uma ponte sagrada para “missão civilizatória” de levar a religião aos gentios e, por consequente, um terrível campo de batalhas. Entretanto por trás da ideia de progresso, engendrou-se na modernidade uma das formas mais perversas de dominação em todo globo: o colonialismo.

⁸ Os estudos subalternos, (para se referir as abordagens teóricas acerca das nações coloniais marginalizadas pela opressão social, econômica e sobretudo política) começaram no início dos anos de 1980, com o indiano Ranajit Guha¹, como uma intervenção na historiografia sul-asiática, enquanto se tornava um modelo para o subcontinente e, rapidamente, possibilitaria uma séria crítica ao pós-colonialismo. Neste artigo, tomaremos os aportes teóricos da pensadora indiana Gayatri Spivak.

Conforme Dussel (1994), a prática do colonialismo foi a condição imprescindível para o ordenamento da Europa e da própria modernidade⁹. Isto e, sem colonialismo não haveria modernidade:

Um dia, os homens brancos chegaram em navios com asas que brilhavam como facas ao sol. Travaram duras batalhas com Angola e cuspiram-lhe fogo. Conquistaram as suas salinas e o angola fugiu para o interior [...]. Alguns dos seus súditos mais corajosos ficaram junto ao amar e, quando os homens brancos vieram, trocaram ovos e galinhas por tecidos e contas. Os homens brancos voltaram outra vez ainda. Trouxeram-nos milho e mandioca, facas e enxadas, amendoim e tabaco. Desde então e até os nossos dias, os brancos nada nos trouxeram senão guerras e misérias (GOMES, 2020, p. 25)¹⁰.

Dessa maneira, é preciso atentar para o fato de que o capitalismo enquanto fenômeno que antecede o colonialismo, foi uma peça fundamental para a engenharia e a manutenção o sistema escravagista moderno. Para Ribeiro (2020), a prática do tráfico humano durante a modernidade contribuiu exponencialmente para o fortalecimento do capitalismo, sobretudo por meio da exploração econômica pelas demandas de trabalho surgidas nas grandes *plantation* europeias, ou na cultura cafeeira paulista no século XVIII. Assim, as relações mercantilistas/econômicas que acompanharam os aparelhos de força estenderam-se pelas relações coloniais sobre o espaço e as formas sociais, atualizando-o como componente estrutural que fez surgir um outro tipo de mercadoria nunca antes vista: “o homem-coisa”, a cripta viva do capital.

Assim, dirá Quijano sobre a repressão da cultura não hegemônica:

⁹ É digno de nota elencar que a modernidade tal como defendido pelos teóricos dos estudos pós-coloniais foi consolidada histórica e socialmente a partir de binarismos conceituais (Leste/Oeste, Norte/Sul, Centro/Periferia, Desenvolvido/ Subdesenvolvido).

¹⁰ Ver a obra *Escravidão*, v. 1, do historiador Laurentino Gomes. Ed. Globo. 2020.

Os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais. Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais estavam aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento (2005, p. 121).

Analisando as linhas de pensamento deste autor, observa-se que um fenômeno presente no imaginário social e no cotidiano da maioria dos centros de produção de saberes, mas que ainda é pouco discutido diante bolha da academia- é a reprodução acachapante de um discurso hegemônico que prioriza a língua/linguagens, autores, pesquisas, textos e produções oriundos do norte global. A esse respeito deve-se considerar o fato de que “a academia não é nem um espaço neutro nem simplesmente um espaço de conhecimento e inteligência, de ciência e compreensão; a academia é também um espaço de (vi)olência” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Nessa situação, considerando a premissa atrelada ao viés epistêmico, indaga-se: quais localizações sociais detém o poder de falar e sobre quais perspectivas se tem feito? Por que a Europa é sempre o mapa universal para explicar o mundo? Por que a deslegitimação de teóricos negros, mulheres e indígenas nas bibliografias dos cursos de graduação? Por que da negação da filosofia Africana? Quem sempre falou historicamente e “contou a história” e quais povos foram silenciados?

Migolo responde afirmando que:

A conquista ibérica do continente americano é o momento inaugural dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a *modernidade* e a *organização colonial do mundo*. Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas – simultaneamente – a constituição *colonial dos saberes*, das linguagens, da memória do imaginário (1995, p. 44; grifos nossos).

O eurocentrismo acadêmico e as sucessivas opressões que dele incidem, nominam e amplifica a reprodução da colonialidade do poder/saber. Na perspectiva de Quijano (2005), o fenômeno da colonialidade refere-se a um poder global amparado na ideia de “raça” pensada do ponto de vista biológico para naturalizar os colonizados como inferiores ao colonizador. Dessa maneira, tal ação é perceptível nos discursos, inclusive os não ditos, mas que são aplicados quando se naturaliza estereótipos raciais e de gênero, excluem grupos heterogêneos e obstaculiza a diversidade, mantendo-a sempre sujeita a impossibilidade. Com efeito, sujeitos negros, indígenas e mulheres se veem subordinados aos lugares que estes “podem” ou não ocupar.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999, p. 9).

Santos (2010) ressalta que para compreender a construção dos discursos opressores e a sua coerção, deve-se ponderar sua atuação nos domínios sociais específicos como a mídia, direito, política, educação, ciência, entre outros, sobretudo em um país como o Brasil, em que os povos negros e indígenas foram submetidos a um arraigado histórico de espoliação. Neste sentido, escrita e fala

desempenham um papel vital face à reprodução dos estereótipos e do racismo contemporâneo.

Para Ribeiro (2020), isso significa que quando se refere a noção de ciência, de linguagem, do que é crença ou conhecimento, nota-se a existência de um construto social, político e ideológico que tende a defender a soberania de uma episteme dogmática, evidenciada pelo racismo epistêmico, e pelo historicídio¹¹ que ora mata os corpos negros, ou subalterniza sua cultura e inferioriza seus saberes.

O espaço acadêmico por exemplo, tem sido o *locus* do homem branco, elitizado, que busca ser ocupado por um semelhante, numa espécie de “delírio narcísico”, de modo que ao supervalorizar teóricos do chamado cânone filosófico de forma monopolizante, reproduz um processo discursivo/hegemônico. Como tal não permite que sejam feitas abordagens não paradigmáticas a cada análise, forja-se assim a representação da “casa-grande”, é o colonizador quem impera e por conseguinte, a reprodução da lógica “*Scientia potentia est*”, o poder/privilégio que se deseja possuir, logo exclui-se aqueles que lutam contra a dominação e se estabelece uma relação entre língua, história e *ideologia*.

Os estudos pós-coloniais¹², trouxeram diversas perspectivas e discursões no campo teórico para ampliar o modo de conceber as sociedades contemporâneas e as consequências deixadas pela prática imperialista das potências europeias durante os séculos XVI e XIX. Para além do constante

¹¹ Entende-se o historicídio como a prática de ocultar ou alterar fatos históricos com fim de subalternizar povos e culturas.

¹² O pensamento (ou estudo) pós-colonial se constitui um instrumento valioso e potente para ultrapassar a lógica instituída que inferioriza realidades não eurocêntricas. As primeiras aparições do termo na academia ocidental estão nos anos 1970, já sua propagação se deve a obra “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente” (1990). Já no Brasil sua assimilação se intensificou entre os anos de 1980, enquanto sua discussão e debate global ganhou força com o filósofo e psiquiatra Franz Fanon em sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas, ainda na década de 60.

crescimento do racismo, machismo, xenofobia dentre outras formas de aniquilar as forças dos sujeitos, os tentáculos do colonialismo também forjou arquétipos da opressão que historicamente estão balizadas no imaginário social, [...] “é como uma ferida que nunca foi tratada, que dói sempre ora infecta, por vezes sangra” (KILOMBA, 2019, p. 12).

De acordo com Ribeiro (2019), uma das formas mais aviltantes de aniquilar um sujeito é contar sua história e colocá-lo em lugar subalterno. Para ilustrar tal assertiva, também Ribeiro (2020) concorda com o historiador Valter Benjamim (1892-1940), quando este afirma que a história é contada sob o ponto de vista dos vencedores. Desse modo, cria-se as condições para questionar o porquê a história, a cultura e a língua dos quase 5 milhões de africanos que cruzaram o atlântico, ser sempre contada pela perspectiva do colonizador. O qual jamais ousou dar voz a um passado de povos que possuíam uma riquíssima diversidade cultural, como os reinos africanos de *Uganda* e de *Mali*, existentes há mais de 5 séculos do projeto colonial¹³.

Sabe-se, todavia, que as raízes do imperialismo são muito mais profundas extensas. Durante o período de dominação europeia, quando mais de três quartos do mundo estavam submetidos a uma complexa rede ideológica de alteridade e inferioridade, os encontros coloniais aplicaram um golpe duro na cultura indígena, considerada sem valor de extremo mau gosto diante da suposta superioridade da cultura germânica ou greco-romana (RIBEIRO, 2012, p. 7).

¹³ Nas últimas décadas importantes teóricos têm proposto um vasto arsenal de alternativas a fim de romper com o dito “universalismo epistemológico” na academia e abrindo espaços para proporcionar uma ampla diversidade epistêmica. São vozes potentes para crítica-teórica e política, em detrimento do regime discursivo estabelecido pelo monopólio epistêmico, sobretudo, por parte da elite neoliberal do norte global. A nível de exemplo pode-se citar: Ângela Davis (1970) Enrique Dussel (1992), Arturo Escobar (1995), Michel-Rolph Trouillot (1995), Aníbal Quijano (1990); acerca do pensamento decolonial: Walter Mignolo 1995; 1996 (1996), Gabriel Nascimento, (2009), Djamila Ribeiro (2019) e Silvio Almeida (2020).

Quando Amorim (2018) pensa a modernidade e a sua relação com o (euro)centrismo sob a ótica do filósofo argentino Enrique Dussel, este problematiza a questão da Europa como sinônimo de um imaginário-moderno, de forma que ao perguntar o que é a Europa, o mesmo ressalta que [...] “Uma resposta contemporânea, seria: é o centro, a fonte das ideias e padrões sociais acolhidos e defendidos por ampla maioria” (AMORIM, 2018, p. 2). Conquanto, o nosso filósofo estilhaça a máscara do silenciamento ao debater as consequências de uma Europa detentora do poder do *discurso*. Conforme expressa Amorim:

A meganarrativa mitológica de uma Europa inventada, conforme Dussel, demonstra que a História é contada de forma unilateral, onde só um lado (o Ocidente) se pronuncia para universalizar os seus pressupostos. O imaginário hegemônico europeu tem a intenção de cristalizar a Europa como o arquétipo de humanidade, territorialidade produtividade e engenhosidade fundantes (AMORIM, 2018, p. 3).

Desse modo, as incursões realizadas anteriormente, nos permite situar o cerne da problemática que incidi na imposição de uma lógica dominante. Ainda neste itinerário de rupturas, reiteramos a discursão, trazendo à tona a filósofa panamenha Linda Alcoff, cujo eixo teórico se ampara na defesa de uma desobediência epistêmica¹⁴, a fim de confrontar o sistema instrumentalizado pelo poder colonial. Ressalta: [...] “É espantoso acreditar que uma simples “epistemologia mestre” possa julgar todo tipo de conhecimento, constituindo-se assim numa espécie de ideologia (ALCOFF, 2016, p. 13). Para tanto, no que tange o debate intelectual acerca do campo das *epistemologias* é extremamente

¹⁴ A desobediência epistêmica faz referência a desobediência civil defendida por grandes ativistas sociais como o líder indiano Mahatma Gandhi e o célebre Mather Luther King, pela sua luta pelos direitos civis dos afro-americanos na década de 1960.

necessário questionar e romper com a (es)trutura que nos silencia, (in)surgindo para a subversão do regime discursivo.

2 “O outro do outro” e a fisionomia do epistemocídio

A relação sujeito-objeto é um componente que aparece de modo quase que unívoco no campo da filosofia. Uma das conceituações trazidas pelo dicionário de filosofia define o termo sujeito derivado do latim, *Subjedum*, como “a capacidade autônoma de relações ou de iniciativas, que é contraposta ao simples ser o “objeto” *objectum* (a coisa) ou a parte passiva de tais relações[...]” (ABBGNANO, 2006, p. 930). Desse modo, cria-se aqui a famigerada dicotomia, *observador* (sujeito) X *a coisa observada* (objeto).

Para além de toda polissemia de significados, é incontrovertível que o filósofo francês Michel Foucault¹⁵ (1975) foi quem melhor explorou essa temática, especialmente ao relacionar o *sujeito* como “produto dos mecanismos de poder e na busca por analisar como este atua nas práticas sociais, bem como suas consequências na sociedade de controle” (FOUCAULT, 1982, p. 208).

Segundo Fanon, “todo colonizado, isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, ou seja, da cultura metropolitana” (2008, p. 34). Em linhas foucautianas, tal complexo se concatena com a subjetivação que se apresenta como um elemento que antecede ao sujeito, isto é, produz o objeto dócil-e-útil(sujeito).

¹⁵ Importante pontuar que para Foucault o conceito de assujeitamento precede a concepção de (sujeito), ainda que este esteja propriamente atrelada a submissão ao poder. Nesse sentido, é importante frisar que o filósofo francês não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas o termo ‘subjetivação’, no sentido de processo, e ‘Si’, no sentido de relação (relação a si).

Tal diagnóstico auxilia na compreensão da espoliação da cultura e dos saberes africanos e do seu apagamento reinante desde a invenção fantasmagórica moderna, cuja presença é evidenciada por Fanon (2008), é expressa num tipo de devir opressivo, efetuado pelo terror e a vigilância dos corpos negros, numa tênue linha entre o permitir, e o não permitir muito; em aterrorizar mais sem se deixar mostrar.

O sociólogo Ramón Grosfoguel, salienta que a “epistemologia eurocêntrica se caracteriza não apenas por privilegiar um padrão de pensamento ocidental mas também por estudar o “outro” como objeto e não como sujeito que produz conhecimentos” (2007, p. 2). Ao destrinchar a formação da outrocidade pelos reflexos coloniais, Kilomba (2019), defende a necessidade de dar voz às minorias, tornando-as sujeitos-*falantes* e rechaça que tal processo só se concretiza quando se visa três nichos inter-relacionados, isto é, o social, o político e o individual. Nesse horizonte, no plano ideal torna-se sujeito, apenas quando nos identificamos e fomos reconhecidos em todas essas diferentes esferas.

Desta constatação lancinante, emerge a obliteração do *Outro* (objeto), trata-se do ato de subalternizá-lo, por parte daquele que se colocou no lugar de sujeito (*Opressor*). Objetificação essa que também é epistêmica e que neutraliza, faz cessar capacidades de ação, de existência e da própria humanidade. Nessa simbiose “[...] Os judeus são “outros” para antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários” (BEAVOIR¹⁶, 1980, p. 12).

¹⁶ A ressonância de Beauvoir exprime seu existencialismo ao refletir a formação da outrocidade e associá-la a práxis do assujeitamento, que diferentemente do conceito de sujeito, cuja constituição se dá pelas linhas de força que os indivíduos fazem dobrar sobre si, o assujeitamento se forma pelas composições de forças conjugadas nos dispositivos de poder-saber.

Bell Hooks (1984) enfatiza que se opor a lógica dominante que impõe o projeto colonial, também é lutar contra um apagamento “predestinado”. Logo, quando sob a ótica (colonial) o nativo torna-se índio, o africano “o negro”, o islâmico um sarraceno, um gentio, engendra-se o apagamento do sujeito; é sua objetificação – é a impressão dos marcadores sociais e o assassinio da diferença, cujo aglutinamento pelo racismo epistêmico que:

Opera privilegiando as políticas indenitárias (*identity politics*) dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres) é considerada como a única legítima para a produção de conhecimentos e como a única com capacidade de acesso à ‘universidade’ e à ‘verdade’. O racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais (GROSFOGUEL, 2007, p. 32).

Ainda assim, o *mudus operandi* do projeto colonial contribuiu para forjar o mais sofisticado dos mecanismos de aniquilação, denominado de *epistemicídio*. Ou seja, trata-se da [...] “destruição de algumas formas de saber locais, à interiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multiformes visões do mundo por elas protagonizadas” (SANTOS, 2009, p. 183). Isto é, quando se oculta, desvaloriza ou subalterniza as contribuições de um passado tecnológico dos povos afrodiáspóricos, ou do continente africano, por exemplo, tem-se o processo genocida de eliminação da esfera da cidadania humana total.

É conhecido na cultura africana um antigo provérbio, o qual afirma que até que leões possam contar as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça. Dessa maneira, quando consideramos as metodologias de ensino em todo mundo, passa despercebido o fato de que a Europa sempre é utilizada como padrão para explicar a mundo, partindo de uma

voz única que universaliza um tipo de saber. Conforme ressalta Spivak (2010) é preciso romper com o duplo lugar de fala subalterno que nos é imposto desde a infância, enquanto negros, indígenas e mulheres numa nação colonizada e (con)vergir o discurso para uma necessidade de pensar uma outra linha que pluralize os saberes esmagados pelo eurocentrismo e que possa fazer com que a voz do “leão” possa ser ouvida.

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um *epistemicídio*: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de *conhecimento* estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos (SANTOS, 1995, p. 328; grifos nossos).

Nessa perspectiva, quando o sociólogo Boaventura De Sousa Santos constrói sua dialética da visão pluralista das epistemologias, este insiste na necessidade de nomear e discutir a marginalização dos saberes, de modo que preconiza a cisão das raízes do conhecimento ocidental para dar enfoque aos saberes dos povos originários, das parteiras e das tradições das culturas africanas. Com efeito, observa-se que não se pode deslocar a relação dos povos que foram sistematicamente oprimidos com a hierarquização dos saberes, visto que estes são produtos da violência/epistemicídio contra esses povos e com a sua cultura.

De igual modo, segundo Sousa Santos (1996), em meio ao agenciamento das práticas excludentes, é preciso examinar com afinco e ouvir particularmente o silêncio, aquilo que não se diz. Por isso, um dos conceitos fundamentais das epistemologias do Sul, a denominada sociologia das ausências, visa analisar e estudar aquilo que não se vê, que não existe de uma maneira hegemônica, porque foi produzido como inexistente.

Como assevera Carneiro (2005), o *epistemícidio* se configura como uma operação persistente de produção da inanição cultural, isto é, pela negação ao acesso à educação, sobre-tudo de qualidade; pela fabricação da interiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento das capacidades, sobretudo intelectuais. Neste aspecto, a peça principal nessa engrenagem são os protótipos organizados de modo a conceder legitimidade ou ilegitimidade a conhecimentos e dados, estando profundamente vinculados à produção de discursos favoráveis ou desfavoráveis, em conformidade à manutenção do *status quo*.

3 Sociologia, epistemologias do Sul e o olhar contra-hegemônico de Boaventura de Sousa Santos

Tendo articulado acerca das noções estruturais que englobam a temática de nossa discussão, é importante trazer à baila o olhar contra-hegemônico do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, cujas produções têm contribuído substancialmente para o debate epistêmico e provocado verdadeiras fissuras no edifício do pensamento pós-moderno.

Desde Auguste Comte (1798-1857), e sobretudo a partir de Durkheim (1858-1917) e Weber (1864-1920), a sociologia tem sido um instrumento que não apenas busca compreender a "*operationem societati*" que se desmembram dos fatos sociais, ou mesmo analisar os conflitos que assolam a geopolítica. Tendo em vista que as implicações sociais oriundas na contemporaneidade modificaram profundamente o eixo analítico das ciências sociais. Assim, tais

metamorfozes reinventaram costumes, reorganizam a tradicional política e a própria interação cultural.

Na perspectiva de Santos (1999), ao sociólogo não cabe apenas a alcunha de observador, mas o de exímio profeta diante da “rapidez e da imprevisibilidade de algumas transformações recentes que coloca ao tempo presente uma característica nova, ou seja, a realidade tomou a dianteira sobre a teoria” (SANTOS, 2010, p. 19). À vista disso, ao sociólogo não cabe apenas analisar a realidade, mas deve-se debruçar sobre a factibilidade do conhecimento que potencialize a emancipação dos sujeitos.

Não obstante, tal emancipação passa pela assimilação de conhecimentos e culturas alternativas, em detrimento do monoculturalismo colonial que exclui e se totaliza. Assim, segundo o sociólogo português, a epistemologia, não deve ser reduzida a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido, mas é antes uma força que se opõe as potências opressoras oriundas do norte global (SANTOS, 2010, p. 16). Aqui é preciso ter presente que o Sul não aponta exclusivamente a uma geografia. “É uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, e da resistência a essas formas de opressão” (SANTOS, 2010, p. 43).

Atravessado pelas lutas sociais dos grupos marginalizados, Santos (2010) debate o tema da supremacia do conhecimento e das práticas sociais, e aponta suas ressonâncias na sociedade pós-moderna que é racista, xenofóbica, patriarcal, sexista e anti-minorias. Nessa situação, em uma ordem mundial, cuja exclusão é a regra, nas sociedades capitalistas seus efeitos são amplificados por um atroz silenciamento de direitos. Para tanto, é embalado pelas perspectivas de uma modernidade em transição que Sousa Santos defende a existência de

um desajuste cronológico, cujo “paradigma cultural da modernidade constitui-se antes de o modo de produção capitalista se ter tornado dominante e extinguiu-se- a antes de esse último deixar de ser dominante” (SANTOS, 1999, p. 76).

De todas as dominações pelas quais é conhecido, o Colonialismo foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente aterrorizadora. Na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum (SANTOS; MENESES, 2013, p. 19).

Imerso nas complexas cirurgias que esfacelam profundamente os discursos totalizantes, Santos se alinha ao pensamento de Ribeiro (2020), em sua análise sobre as consequências da dominação colonialista/patricalista para realizar incisões nevrálgicas no pensamento hegemônico. A esse respeito, conforme Ribeiro (2019), deve-se pensar a igualdade racial e de gênero como macro construções que visam o fator democrático. Ademais, “localizar” o poder do norte global é fundamental para proteger os valores democráticos, bem como para e desvelar a execrável engenharia “que opera na invisibilidade dos sujeitos à margem das linhas abissais deste mundo, e que se podem mover versatilmente, desobedecendo limites e lógicas geográficas de poder/saber” (SANTOS, 2010, p. 33)

Dentro dos estudos teórico-críticos do feminismo negro, Ribeiro (2019) pensa na força que evoca da subversão da lógica branca e androcêntrica e se volta para desconstruir a pretensa ideia de que privilégios herdados historicamente são direitos. Um dado chocante e que ilustra tal desigualdade é o fato de que antes de o existir a lei de cotas¹⁷ nas universidades do Brasil, a

¹⁷ Sancionada em agosto de 2012, após tramitar durante 13 anos no Congresso, a lei de cotas procura combater a desigualdade existente no acesso ao ensino superior em todo país. E reserva

Alemanha tinha mais alunos negros no ensino superior do que o próprio Brasil com seus 56% da população negra. Para tanto, é fundamental entender que “as sociedades com formas duradouras de poder desigual são sociedades divididas entre oprimidos e opressores e a contradição entre estas duas categorias não é lógica, mas dialética” (SANTOS, 2006, p. 1).

Nessa reflexão, no decorrer da obra *Pela mão de Alice* (1999), Santos aponta que se deve questionar o arquétipo hegemônico de ciência moderna, e redimensioná-la como um revide anticolonial para assim desmarcar o lugar em que o conhecimento foi alocado (Europa). Dessa maneira, é preciso entender “o colonialismo como uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19).

[...] a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda (SANTOS, 2010, p. 41).

É verossímil a preocupação de Ribeiro (2019) quando em suas produções, seguindo a tradição de outras pensadoras *anti-androcêntricas*, propõe uma linguagem que seja acessível ao senso comum, evitando assim a exclusão criada pelas desigualdades mantidas historicamente, uma vez que mulheres negras/periféricas foram desassistidas pelo sistema educacional que as privou ao acesso a uma educação de qualidade¹⁸.

Assim, o elo entre Djamila e o nosso sociólogo, se firma quando ambos apontam a necessidade de denunciar a indiferença que alguns desses autores

50% de todas as matrículas de todos os cursos de graduação a indivíduos autodeclarados negros, pardos ou indígenas.

¹⁸ Fato que se justifica tendo em vista que a população negra está entre a maioria nos índices de analfabetismo.

mostraram acerca das violências que sistematicamente se infringem sobre as mulheres de cor: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade de poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero (CARVALHO, 2010, p. 10).

Tal como respaldado por Santos (2010) em sua *Ecologia dos saberes*, é urgente uma alternativa para romper de uma vez com os tentáculos coloniais e suas formas de opressão, a fim de que as macro-narrativas possam dialogar com as epistemologias dos saberes africanos, ciganos e indígenas,

A colonialidade permitiu a transformação do 'Sul', de um espaço repleto de conhecimento e experiências, num terreno estéril, pronto a ser preenchido pela razão imperial. Esta crítica do eurocentrismo propõe um deslocamento geopolítico do lugar e do tempo porque a filosofia ocidental estabelece como origem e marca da modernidade – o pensamento de Descartes – analisando em detalhe a complexidade do debate filosófico dessa altura. Este deslocamento terá de ser filosófico, temático e paradigmático para dar conta de outras epistemologias (SANTOS, 2010, p. 23).

Também, não se deve furtar-se ao fato de que, ao pensar na necessidade de isonomia entre homens e mulheres, como preconiza todo o maquinário teórico do feminismo/negro, compactua-se com a visão crítica de Sousa Santos (1999). Ao sustentar que o sistema (modernidade) então engendrado de modo a excluir práticas ou grupos que impossibilitam a sua expansão, constitui-se assim o *epistemicídio*, que resultou no apagamento de conhecimentos, isto é, trabalhadores, mulheres, negros, índios. Nesse sentido, “contra discursos e contra narrativas não são importantes somente num sentido epistemológico, más também no de reivindicação de existência” (RIBEIRO, 2016, p. 6).

Conforme Ribeiro (2020) nos processos de colonização, as mulheres nestas partes do mundo foram colonizadas não só racialmente, mas ao mesmo tempo foram sendo reinventadas como 'mulheres' de acordo com os códigos e

princípios discriminatórios de gênero. Sendo assim, sob a égide de Sousa Santos (2010) e Ribeiro (2020) são diversas as perguntas que percorrem seus trabalhos tais como: quais lugares do mapa são usados como referências para contar a história? Quais povos são sinônimo de civilização e progresso? Ou como a herança do colonialismo, patriarcalismo e racismo se perpetua na sociedade? A insurgência aqui se estabelece em primeiro momento, na tentativa de localizar e nomear tais opressões.

4 Nomeando as opressões: quem tem medo dos discursos contra-hegemônicos?

Na esteira da reflexão acerca dos discursos opressores e repressores que estruturam a sociedade, busca-se pôr fim, analisar as opressões de gênero-raça perpetuadas pela lógica colonial. Conforme Chakrabarty (2000), o poder imperialista colonial erguido sobre a figura do homem europeu, criou a partir daí a dicotomia: *nós* e os *outros*. Neste contexto, a manutenção das desigualdades que se desvelam na contemporaneidade não são desse modo opressões isoladas, mas se entrecruzam e atuam como balizadores sociais.

Nas últimas décadas o tema do feminismo¹⁹ tem ganhado cada vez notoriedade no debate público. No Brasil, desde a década de 1960, a igualdade de gênero passou a ganhar força no País. Já o feminismo negro começou a se estruturar a partir dos anos 80. De acordo com Ribeiro, “o III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertiooga em 1985, marca a organização atual de

¹⁹ Ressaltamos que não é de nosso ímpeto aprofundar no tocante à prática/pauta feminista do ponto de vista a atribuir qualquer noção axiológica sobre o mesmo. Porém, face à discussão que empreendemos, deve-se considerar o feminismo como uma resposta ao machismo que se articulou historicamente com o patriarcalismo (colonial), em opressões oriundas do discurso do sujeito que logra no lugar do poder (homem-branco). Por conseqüente, nota-se aqui a relevância da discussão filosófica/epistêmica sobre o tema.

mulheres negras com expressão coletiva com o intuito e adquirir visibilidade política no campo feminista” (2014, p. 3).

Conquanto, o enfoque de Ribeiro é problematizar sobre qual categoria de mulher se busca trazer para a pauta, já que “refletir como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência (RIBEIRO, 2016, p. 2). Dessa maneira, às questões feministas se esforçam em expandir e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos a fim de tornar as atividades e relações sociais visíveis no âmbito das diferentes tradições críticas,

Nas páginas de *Quem tem medo do feminismo negro?* (2019), a filósofa Djamila Ribeiro, reflete de modo significativo as marcas sociais lançadas historicamente contra a mulher negra. De modo que projeta “um mundo onde exista outras possibilidades de existência e que estas não sejam marcadas pela violência do silenciamento e a negação, um mundo no qual diferenças não signifiquem desigualdades” (RIBEIRO, 2019, p. 18). Neste aspecto, a insurgência do discurso é imprescindível para com o feminismo negro em que a produção de conhecimento, ignorou a interseccionalidade de raça/classe/sexualidade e gênero e acabou por limitar as produções engajadas em teorizar opressões coloniais (CARVALHO, 2020, p. 2).

Falar sobre as desigualdades reproduzidas ao longo dos séculos é também falar sobre as opressões de gênero e, conseqüentemente, o lugar que a mulher negra ocupa na sociedade. Uma vez que essas opressões se combinam e reforçam umas às outras. Nessa situação, Sousa Santos (1999), problematiza o fato de haver uma ambigüidade nas estruturas das opressões, já que embora estas não mais se pautam num genocídio sangrento de outrora, mas são

discursos demarcados nas práticas sociais que escamoteiam os direitos e legitimam o sexismo, o racismo o machismo e as demais discriminações.

Dessa forma ao pensar no lugar social que a mulher negra ocupa, Ribeiro (2020) quer, assim, responder as estruturas de poder que detém o arsenal do conhecimento, monopoliza o poder do discurso, e faz bradar o unísono de uma “verdade universal”, ao ponto de esmagar e reduzir, ideias que sejam contra hegemônicas.

Existe ainda os efeitos nocivos do machismo nos espaços de poder/epistêmicos. Nessa situação, as universidades têm se constituído num espaço complexo e antipluralista em que reverbera a dupla opressão: racismo-machismo. Pois enquanto se privilegia de um lugar de poder, o homem, carrega em si um status de intelectual(universal), cuja marcação indenitária somente é aplicada ao outro, confundindo privilégios com direitos.

Um estudo sobre a identidade étnica e racial dos professores universitários no país, estima-se que cerca de 83,9% dos cargos de docente que atuam no ensino superior no Brasil são brancos. Em contrapartida, a presença de mulheres negras nesses espaços é mínima. Apenas 14% das professoras universitárias com mestrado e doutorado se declararam negras²⁰. Seja como docente, nas bibliografias dos cursos de graduação e, sobretudo, diante do círculo enrijecido criado pela academia predominantemente branca e androcêntrica. Como defende Grimshaw, “ser uma mulher que estuda filosofia é confrontar-se com um conjunto de problemas sobre a própria localização dentro da disciplina” (2002, p. 727).

²⁰ Ver pesquisa detalhada em: *A cor na universidade: um estudo sobre a identidade étnica e racial de professores/as negros/as da Universidade Federal do Maranhão no campus do Bacanga*. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, São Luís, 2009.

Na contramão da lógica hegemônica e das narrativas ditas “universais” , a filósofa Djamila Ribeiro alicerça sua luta epistêmica sobre a problemática da igualdade de gênero, especificando sua teoria, a qual “de forma geral, pode-se dizer que o objetivo do feminismo é uma sociedade sem hierarquia de gênero – o gênero não sendo utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressão” (RIBEIRO, 2019, p. 20). Na mesma perspectiva, ao citar a historiadora, filósofa e ativista Lélia Gonzalez pontuar que: [...] “nós mulheres e não brancas formos ‘faladas’, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza”, pauta que essa dominação retira a nossa humanidade” (RIBEIRO apud CANEIRO, 2020, p. 41).

Considerando as discussões dentro do âmbito descolonial, não se deve furta a insurgência do tema feminismo negro para promoção do diálogo e a diversidade, já que a crítica de Ribeiro para com racismo e as opressões de gênero, se entrecruza no *lócus* de opressão que ocupa a mulher negra (Interscessionalidade). Para tanto, o conceito de sociologia das ausências de Boaventura de Sousa Santos (2010) se constitui num processo coletivo de produção de conhecimentos que deve reforçar em primeiro lugar “as lutas pela emancipação social e uma estratégia epistemológica e política para dialogar com o inimigo, com os opressores, mas para criar força entre os oprimidos” (SANTOS, 2014, p. 33).

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade suprematista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, posição brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras,

entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2020, p. 126).

Nesta mesma linha de análise, Djamila concorda com Suely Carneiro (2005), importante pensadora, filósofa e ativista dos direitos civis dos povos afrodiáspóricos em sua tese intitulada “A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser”, ela vai defender que existe uma tentativa constante de atacar, inferiorizar e de objetificar sujeitos negros, inclusive no campo epistêmico. Partindo dessa premissa, Ribeiro insere se dentro da narrativa contra hegemônica e subverte o paradigma dominante quando defende a necessidade de nomear as opressões para assim combatê-las. “Contra o epistemicídio perpetrado pela autorização discursiva branca e masculina, e propõe debater, como as identidades foram constituídas historicamente” (RIBEIRO, 2020, p. 27).

Basta pensamos durante os anos que se seguem o curso de ensino superior, quantos teóricos que compõe a bibliografia são mulheres negros/negras. Ou quantos deles não estão inseridos em uma seleta lista, inclusive ocupam potencialmente a teses de mestrado e doutorado nas universidades do Brasil e do mundo. Parte desta problemática, se deve pelo mecanismo do epistemicídio presente nas estruturas acadêmicas ocidentais (RIBEIRO, 2019, p. 33).

Na perspectiva de Segato (2020), não se trata apenas de introduzir o gênero como um dos temas da crítica decolonial ou como um dos aspectos de dominação, mas é para dar um verdadeiro status teórico e epistêmico ao examiná-lo como uma categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades que foram capturadas pela ordem colonial moderna. Spivak, por sua vez, vai afirmar que “o

subalterno não pode falar, não há valor algum atribuído à mulher negra, pobre como um item respeitoso na lista de prioridades globais” (2010, p. 44).

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que a mulher negra ocupa socialmente faz com que ela tenha experiências distintas e outras perspectivas. Assim a teoria do ponto de vista da isonomia de gênero, o lugar de fala faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos que se pensam universais, se radicalizem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder (RIBEIRO, 2020, p. 69).

Segundo Ribeiro (2019), pensar em lugares de fala é autorizar ou desautorizar indivíduos na transmissão de informações e discursos de verdade para o público receptor da mensagem e, conseqüentemente, na formação de opiniões colonizadoras. Para tanto, o conceito do lugar de fala, não deve ser entendido como um interdito, ou uma espécie de censura que visa calar o outro, mas trata-se de romper com o discurso já imposto, vai ao encontro da proposta epistemológica de Sousa Santos ao propor uma diversidade epistêmica, e uma crítica ao pensamento moderno/colonial centrado nas opressões de raça, gênero e classe.

Dessa maneira, o sujeito não negro pode e tem o dever de falar sobre essas opressões, porém a sua fala incide de um lugar social (lugar do privilégio). Ainda assim, um fato de certa forma curioso é que muitos não entendem que são (homens brancos) que têm falado historicamente (do lugar universal e indenitário) sobre o sujeito negro, a mulher, o indígena e “outros” invisibilizados.

Conclusão

As estruturas sociais revestidas por um véu que minimiza, relativiza e romantiza as relações raciais e de gênero, sobretudo, na sociedade brasileira, permanecem á esgueirar-se do tema dos discursos excludentes. De modo que elimina a possibilidade de alocar os sujeitos como protagonistas e fonte das epistemologias. Logo, sobre qualquer perspectiva, a imagem que fica é de que somos um povo multicultural, e tal diversidade não cabe discussão quer seja e dentro do campo racial ou de gênero.

Para tanto, a prevalência do poder do discurso hegemônico que ainda impera nos espaços acadêmicos e também na política, ver-se agora incomodado pela força potente daqueles marcados como o outro, mas que ao tornar-se sujeito pela insurgência das epistemologias; são construídos para/em defesa dos direitos democráticos.

Diante do que foi exposto, é notório que as desigualdades construídas historicamente se formaram da existência de um projeto que aniquila pensamentos não-eurocêntricos. O que dificulta o desmonte dos conflitos aglutinados pelos regimes de poder que continuam e se fortalecem nas chamadas nações pós-coloniais e no denominado novo paradigma.

A partir da modernidade, avançou sobre o orbe cultural, social/político e epistêmico um ataque descomunal que visa escamotear os direitos democráticos, sobretudo de igualdade dos povos afro-diasporicos, mulheres, indígenas e toda as maiorias minorizadas. Dessa forma, mais do que realizar o processo de nomear as opressões e de contá-la por outras perspectivas, é necessário romper com o discurso que centra as epistemologias como instrumento de poder pelo epistemicídio.

Logo, como discutido ao longo destas reflexões, as desconstruções dos discursos hegemônicos que mantém o poder unilateralmente, a favor do binarismo machismo-branquitude (homem/branco), são fundamentais para dissociar a pretensa ideia de que privilégios são direitos, trazer equidade aos discursos, alicerçar a importância do diálogo e (re)afirmar as identidades. Sendo assim, ao analisar as opressões coloniais enquanto práticas de aviltamento, observa-se que são potencializadas pela força da insurgência cujo impulso avança para mudar a estrutura da opressão e estilhaçar a máscara do silenciamento.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de: Ricardo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, n. 1, v. 31, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scelo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2022.

AMORIM, Rodrigo. Modernidade e alucinações eurocêntricas a partir de Enrique Dussel e Achille Mbembe. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, v. 21, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/interethnica.v21i2.12245>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

CARVALHO, Alencar. A contribuição feminista às epistemologias do sul. **Pensata**, v. 9, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11756>. Acesso em: 23 jun. 2022.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais Clacso, 2005.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GOMES. Laurentino, **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOSFROGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norteamericanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Cult**, São Paulo, v. 59, n. 2. Disponível em: http://cienciaecutura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252007000200.015. Acesso em: 27 mai. 2022.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Editora Cobogó, 2019.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de: Marco Oliveira. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, n. 94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2022.

NUNES, Joanes. O resgate da epistemologia. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do sul**. Porto. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Djalma. **Pequeno dicionário antirracista**. São Paulo: Editora Jandaira, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaira, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Simone de Beauvoir e Judith Butler**: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política, 2015. Tese (Mestrado). Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/49071>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHWARCZ GOMES. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SPIVAK, Chakrabarty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de: Sandra Regina Goulart. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.